

PROPOSTA: CAPTAR RECURSOS PARA CARAJÁS

GE/811118
Revisão 1
Novembro, 1981

UMA ALTERNATIVA PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o debate que toda a sociedade brasileira começa a realizar, questionando os objetivos e a estratégia do "Programa Grande Carajás", tal como apresentado pelo Governo no Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental.

Em largos setores da opinião pública já se sabe que é possível reformular os planos. Ao invés de um programa de exportação, utilizando recursos externos e realizado por empresas estrangeiras e, assim, aumentando o grau de dependência do País, é possível explorar racionalmente as riquezas da Amazônia Oriental em benefício da região e de toda a Nação, sem repetir os erros do passado.

Ainda que exista uma forte propaganda oficial centrada na necessidade de realizar o Programa aceleradamente, já não resta dúvida de que o orçamento e o volume de recursos dados como necessários - US\$ 60 bilhões em menos de 10 anos - servem apenas como pretexto para negociações no exterior que, em última análise, representam a hipoteca do futuro de nosso País.

I. REFAZER OS PLANOS

Em recente estudo, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE - apresentou um plano alternativo de inversões levando em conta o grau de amadurecimento necessário para cada



projeto, a sua inserção no processo de desenvolvimento brasileiro e a oportunidade em realizá-lo em momento que a nossa sociedade possa nele se engajar e controlar o processo econômico.

A principal conclusão do estudo é que o programa pode ser realizado em módulos ou etapas, sendo que nos próximos 20 anos as inversões poderiam atingir US\$ 25,9 bilhões, sendo US\$ 7,2 bilhões até 1990 e o restante até o ano 2000.

Os critérios adotados levaram a rejeitar alguns projetos de exportação de viabilidade precária - como é o caso da siderúrgica de 10 milhões de t/ano de semi-acabados e o novo polo exportador de bauxita e alumínio em Paragominas - e postergar alguns programas irrealísticos, aos quais faltavam estudos e pesquisas sérias - como é o caso do programa de reflorestamento, de álcool de mandioca e de fazendas-módulos de pecuária intensiva. Foi proposto, isto sim, a realização de amplo programa de estudos e pesquisas utilizando basicamente a capacitação já existente no Brasil. E, em decorrência das hipóteses adotadas, o nível de inversões em infra-estrutura passaram a ser bem mais modestos, embora se tenham mantido as previsões de construção da usina hidrelétrica de Santa Isabel em ritmo menos acelerado e de obras para permitir a navegabilidade do Tocantins e do Araguaia.

É preciso, no entanto, reiterar que a nova proposta de investimentos apresentada pelo IBASE é, ainda, um exercício cujo principal objetivo é desmistificar a proposta oficial. De um lado as informações disponíveis são precárias e, por outro lado, torna-se necessário o debate que há de preceder as decisões sobre a estratégia de implementação do Programa.

Em resumo, as inversões estariam assim distribuídas (US\$ milhões)

	TOTAL	1981/90	1991/2000
<u>I. Investimentos diretos em atividades produtivas:</u>			
1. Segmento Mineiro-Metalúrgico de Carajás	5.250	3.450	1.800
2. Segmento Ferro e Aço	7.510	380	7.130
3. Segmento Reflorestamento	1.490	110	1.380
4. Segmento Agricultura	1.795	265	1.530
5. Segmento Pecuária	72	22	50
Sub-total	16.117	4.227	11.890
<u>II. Infra-Estrutura:</u>			
1. Segmento Mineiro-Metalúrgico	3.600	1.500	2.100
2. Segmento Agrícola, Pecuário e Florestal	3.900	900	3.000
3. Navegabilidade do Tocantins e Araguaia	2.300	600	1.700
Sub-total	9.800	3.000	6.800
TOTAL	25.917	7.227	18.690

Vale ressaltar que os próximos 5 anos serão cruciais para o Programa. Neste período, os maiores esforços deverão se concentrar na modificação do processo decisório - centralizador e autoritário - buscando a via democrática do debate, o lugar de discussão que é a sociedade e o mecanismo de decisão que é o Congresso Nacional. Caberá ao Executivo realizar os planos que forem aprovados a nível político.

Embora o nível de inversões em estudos e pesquisas seja relativamente baixo, será nos próximos 5 anos que se definirão a engenharia básica e detalhamento dos projetos e que se aprofundará o conhecimento das medidas necessárias para a preservação do meio-ambiente, para o controle dos níveis de poluição, para a proteção das popu-

lações da região (especialmente as reservas indígenas) e para a manutenção do controle das reservas minerais da região em nossas mãos.

Dado que as fontes de recursos para cada segmento apresentam características próprias, será apresentado um esquema possível para cada um deles, com destaque para os projetos do setor minero-metalúrgico. Ao final, pretende-se demonstrar que o Programa poderá ser realizado basicamente com recursos internos.

II. O SEGMENTO MÍNERO-METALÚRGICO

De princípio, há que se considerar como aspecto fundamental no desenvolvimento do segmento minero-metalúrgico o fato de que o Sistema CVRD controla praticamente a totalidade dos direitos minerais na região de Carajás.

Assim sendo, a participação da CVRD diretamente ou por subsidiárias a serem criadas, em todos os empreendimentos produtivos deste segmento surge como uma tendência natural, não só em função de sua experiência já acumulada neste ramo de atividades como também em razão de sua capacidade financeira e gerencial.

Para a constituição do esquema de fontes, admitimos, em princípio, que a relação capital próprio : capital de terceiros deve se situar em 50:50. Assim sendo, para os empreendimentos minero-metalúrgicos deveriam ser implantados com parte de capital de ordem de 50% do investimento total, e 50% de financiamentos.

Evidentemente, cada um dos futuros projetos, em função das suas dimensões deverá ter composição acionária peculiar. Contudo, no que diz respeito a parcela financiada, admite-se que o BNDE, como instrumento de governo decisivo no desenvolvimento dos diversos setores industriais, deverá ter papel fundamental, não só através do apoio direto aos investimentos produtivos como também nos projetos de infra-

estrutura associados. Outras fontes de recursos internas deverão ser mobilizadas em caráter de complementaridade, da mesma forma que os recursos do exterior.

Assim, para a fase de estudos e pesquisas, poderão ser utilizados recursos do FINEP e mobilizadas instituições como os centros de pesquisa (CEPED, da Bahia, IPT de S. Paulo, etc) e universidades que já tenham experiência na região ou com os minerais a serem explorados. Isto sem prejuízo de se utilizarem as empresas que já estão trabalhando na área: CVRD/DETEG e Paulo Abib Engenharia, por exemplo.

COBRE: Produção de 1 milhão de toneladas/ano de concentrado

Para o projeto de cobre (mina e usina) estão previstos investimentos totais da ordem de US\$ 1600 milhões, altamente concentrados no período 1986/1990.

Levando-se em conta a extrema dependência do País em relação ao cobre, este projeto necessariamente teria que estar voltado integralmente para o mercado interno. Desta forma, seria desejável que o projeto em apreço contasse, além da participação da CVRD e certamente da FIBASE-Financiadora de Insumos Básicos (hoje já decisivamente engajada no setor cobre através da Caraíba Metais), com a presença do empresariado nacional ligado ao consumo de produtos de cobre, e que poderia ser congregado através da ABRANFE, Assoc. Bras. de Metais Não-Ferrosos ou ABC, Assoc. Brasileira do Cobre, por exemplo.

Desta forma, as fontes de recursos para o projeto poderiam, tentativamente, apresentar a seguinte composição:

- Capital Próprio - US\$ 800 milhões, sendo:
 - . CVRD - US\$ 300 milhões
 - . FIBASE - US\$ 300 milhões
 - . Empresariado(via ABRANFE, ABC) - US\$ 200 milhões

- Financiamentos - US\$ 800 milhões, sendo:
- . BNDE - US\$ 670 milhões
- . FINEP - US\$ 30 milhões
- . Externos - US\$ 100 milhões

Parte dos recursos da CVRD e das empresas nacionais associadas poderia ser obtida por captação no mercado sob a forma de emissão de ações ou mesmo lançamento de debêntures conversíveis em ações. Para efeito de cálculo podemos supor que algo da ordem de US\$ 100 milhões teriam esta forma de captação, sendo os restantes US\$ 400 milhões de geração interna.

Vale ressaltar mais uma vez que estes investimentos só devem se realizar, de forma mais intensa na 2a. metade dos anos 80, conseqüentemente após a conclusão das grandes inversões da CVRD no Projeto Ferro Carajás e do Sistema BNDE no Projeto Caraíba o que confere a ambas as entidades condições orçamentárias suficientes para o envolvimento neste projeto.

ALUMÍNIO: Produção integrada em Carajás e expansão em Barcarena

Inicialmente preve-se para o complexo de alumínio de Carajás (mina, fábrica de alumina e usina de alumínio) um investimento total da ordem de US\$ 1210 milhões, concentrados no período 1985/1988 para atingir 240 mil t/ano de alumínio metálico.

Tendo em vista os seus envolvimento anteriores no setor de alumínio, aparentemente a melhor composição acionária para o projeto seria uma associação entre a CVRD e o grupo Votorantim, que já demonstra interesse de se implantar na Amazônia através da Cia Paraense de Alumínio.

Desta forma o Projeto Alumínio de Carajás poderia ter a se

guinte composição:

- Capital Próprio - US\$ 600 milhões, sendo:
 - . CVRD - US\$ 300 milhões
 - . Grupo Votorantim - US\$ 300 milhões
- Financiamentos - US\$ 610 milhões, sendo:
 - . BNDE - US\$ 460 milhões
 - . FINEP - US\$ 40 milhões
 - . Externos - US\$ 110 milhões

Parte dos recursos próprios poderia ser obtida no mercado acionário. Como exercício consideraremos cerca de US\$ 100 milhões captados apenas pela CVRD, tendo em vista a política adotada pelo grupo Ermírio de Moraes.

Vale assinalar que aqui também, dado o tamanho das entidades envolvidas, os aportes de recursos são perfeitamente exequíveis no intervalo considerado de pelo menos 4 anos (1985/1988).

Na década de 90 (de 1993 a 1996) preve-se a duplicação dos Projetos Albrás e Alunorte, com mais 320 mil t/ano de alumínio e 800 mil t/ano de alumina, mediante um investimento total da ordem de US\$ 1750 milhões. Admitindo-se que viesse a ser mantida na duplicação a mesma composição acionária ora vigente, ou seja, uma "joint venture" entre a CVRD e um grupo de empresas japonesas, o esquema de fontes para a duplicação do projeto Albrás/Alunorte seria a seguinte:

- Capital Próprio - US\$ 850 milhões, sendo:
 - . CVRD - US\$ 450 milhões
 - . Japoneses - US\$ 400 milhões
- Financiamentos - US\$ 900 milhões, sendo:
 - . Brasileiros (BNDE) - US\$ 450 milhões
 - . Japoneses - US\$ 450 milhões

Observa-se que o ideal seria a revisão de todos os acordos firmados entre a CVRD e a NAALCO (acionários, comerciais e financeiros).

Deve-se levar em conta aqui que o Projeto Albrás/Alunorte deverá, de acordo com os seus cronogramas, estar em plena operação a partir de 1988, devendo assim conseqüentemente gerar até meados da década de 90 recursos suficientes para ao menos parcialmente possibilitar a sua reinversão na fase da duplicação.

O mesmo certamente deverá se dar com os recursos vindos de financiamentos, que à época já deverão estar quase integralmente amortizados.

NÍQUEL: Produção de 20 mil t/ano de Níquel contido em Ferro-Níquel

As previsões para níquel contemplam um projeto de mineração e produção de ferro-níquel, com um investimento total da ordem de... US\$ 470 milhões, estimado para o período 1985/1988.

O país já conta com razoável experiência no campo do níquel, destacando-se também aqui o grupo Votorantim, cuja empresa Cia. Níquel Tocantins acaba de colocar em operação um empreendimento que produzirá em princípio 5000 t/ano de níquel eletrolítico.

Considerando-se que no caso específico a CVRD em particular não tem nenhuma experiência acumulada, admite-se que a sua participação neste projeto seja menos intensa, aproveitando-se então a oportunidade para mais uma vez contar-se com a FIBASE na composição acionária. Assim sendo, o esquema de fontes para o Projeto Níquel seria o seguinte:

- Capital Próprio - US\$ 235 milhões, sendo:
 - . Grupo Votorantim - US\$ 100 milhões
 - . FIBASE - US\$ 70 milhões
 - . CVRD - US\$ 65 milhões

- Financiamentos - US\$ 235 milhões, sendo:

- . BNDE - US\$ 150 milhões
- . FINEP - US\$ 10 milhões
- . Outros (Internos) - US\$ 40 milhões
- . Externos - US\$ 35 milhões

Tal esquema de recursos dependeria da própria evolução do mercado internacional (preços e volume demandado). De qualquer forma, é necessário que os recursos externos tenham caráter de complementaridade. É bom lembrar, uma vez mais, que o mercado de capitais do País absorveria uma boa parte do capital próprio. No entanto, respeitou-se a política adotada pelo Grupo Ermírio de Moraes - prioridade para a auto-geração de recursos.

MANGANÊS: Produção de 150 mil t/ano de ferro-Ligas de manganês

O projeto para manganês prevê a mineração e a produção de ferro-liga, mediante um investimento total de US\$ 160 milhões até 1986. Este seria certamente o 1º projeto implantado em sequência ao Projeto Ferro, não só pelo seu nível atual de conhecimento, mas também pelas facilidades de infra-estrutura já existentes.

Considerando-se a experiência brasileira no setor de ferro-ligas em geral, e em especial nas ferro-liga de manganês, pode-se pensar numa composição acionária que contemple a associação da CVRD com empresas privadas nacionais produtoras de ferro-ligas de manganês, que poderiam ser articuladas através da ABRAFE - Assoc. Brasileira de Produtores de Ferro-Ligas - por exemplo. Deve-se destacar o interesse de grupos nacionais, como a Paulista de Ferro-Ligas e como a PROMETAL, por exemplo, que tem sido obstadas e até mesmo ignoradas pelo governo.

Assim sendo, teríamos a seguinte composição, na qual não se

admitiria captação de recursos no exterior, dados os compromissos que isto representaria, podendo-se admitir captação no mercado primário de ações:

- Capital Próprio - US\$ 80 milhões, sendo:
 - . CVRD - US\$ 40 milhões
 - . Emp. nacional(via ABRAFE) - US\$ 40 milhões
- Financiamento - US\$ 80 milhões, sendo:
 - . BNDE - US\$ 60 milhões
 - . Outros - US\$ 20 milhões

Para efeito de cálculo, considerou-se a captação no mercado interno de US\$ 10 milhões.

ESTANHO E SILÍCIO METÁLICO: Produção de 2 mil t/ano de concentrados de estanho e 30 mil t/ano de silício metálico

Para estanho e silício metálico, são previstos investimentos da ordem de US\$ 60 milhões, dos quais US\$ 50 milhões seriam para o silício e US\$ 10 milhões para a mineração de cassiterita e produção de estanho.

Vale ressaltar que no setor estanho empresas privadas nacionais já vem atuando com bastante destaque inclusive naquela região, como é o caso dos Grupos Paranapanema e Brumadinho. Desta forma, admite-se aqui que dos US\$ 10 milhões estimados para o setor, US\$ 5 milhões seriam obtidos através de financiamentos, enquanto os outros 5 milhões seriam dispendidos por grupos privados nacionais, complementados por recursos da FIBASE.

No caso do silício metálico, admite-se também tratar-se de investimento tipicamente característico do setor privado. Neste aspecto, vale ressaltar que o Brasil já é produtor e exportador de silício

metálico através da LIASA. Desta forma pode-se pensar em um empreendimento que contasse com a participação maciça do empresariado privado nacional, também aqui podendo ser articulado pela ABRAFE que poderia captar US\$ 5 milhões no mercado primário de ações, complementando-se os recursos de capital através da FIBASE.

A composição seria a seguinte:

- Capital Próprio - US\$ 25 milhões, sendo:
 - . Empresariado nacional (via ABRAFE) - US\$ 15 milhões
 - . FIBASE - US\$ 10 milhões
- Financiamentos - US\$ 25 milhões, sendo:
 - . BNDE - US\$ 15 milhões
 - . Outros - US\$ 10 milhões

EM RESUMO:

O segmento mineiro-metalúrgico teria inversões da ordem de US\$ 5.250 milhões, dos quais US\$ 3450 milhões nos próximos 10 anos. Neste segmento foi possível um maior grau de detalhamento, dadas as informações disponíveis.

Conforme quadro adiante apresentado, verifica-se que a distribuição adequada dos projetos ao longo dos próximos anos, além de realista, permitirá implantá-lo sem desprezar a participação de capitais nacionais privados e estatais, ao mesmo tempo em que as fontes internas de financiamento estariam perfeitamente dimensionadas para atender a estes projetos.

De fato, quanto aos capitais próprios, que somam cerca de US\$ 2595 milhões, a geração interna de recursos teria de alcançar US\$ 2000 milhões, sendo US\$ 1140 milhões no período 1982/90 e US\$ 860 milhões no período 1993/96. Levando em conta que só após 1986

é que ocorrerão os desembolsos mais pesados (cobre e alumínio de Carajás), é absolutamente consistente supor viável a geração de tais recursos. O montante de recursos das Cias. de participação (FIBASE, especialmente) e de captação no mercado é também compatível com a estrutura de capitais das empresas e do mercado acionário.

Quanto aos recursos de financiamento, a participação do BNDE, da ordem de US\$ 1810 milhões, é perfeitamente compatível com o perfil de suas aplicações, tanto mais que só ocorrerá a partir de 1986 e que, até lá, os pesados investimentos em siderurgia e em infra-estrutura e energia deverão estar bem reduzidos ou estabilizados. Os demais recursos internos - US\$ 150 milhões - não apresentam problemas, enquanto que os recursos externos - US\$ 695 milhões ou seja cerca de 13% do total - são perfeitamente viáveis, até porque mais de 2/3, ou seja US\$ 450 milhões, seriam para Albrás/Alunorte - 2a. etapa.

SEGMENTOS E PROJETOS	CAPITAL PRÓPRIO			FINANCIAMENTOS		TOTAL	
	GERAÇÃO INTERNA	CIAS. DE PARTICIPAÇÃO(*)	CAPTAÇÃO NO MERCADO	INTERNOS			EXTERNOS
				BNDE	OUTROS		
I. SEGMENTO MÍNERO METALÚRGICO DE CARAJÁS:							
- Cobre (1986/90)	400	300	100	670	30	100	1600
- Bauxita/Alumínio (1985/88)	500	-	100	460	40	110	1210
- Bauxita/Alumínio (1993/96)	850	-	-	450	-	450	1750
- Níquel (1985/88)	165	70	-	150	50	35	470
- Manganês (1982/86)	70	-	10	60	20	-	160
- Estanho (1983/84)	5	-	-	5	-	-	10
- Silício Metálico (1993/94)	10	10	5	15	10	-	50
SOMA	2000	380	215	1810	150	695	5250
II. SEGMENTO FERRO E AÇO:							
- Gusa AF (1985/98)	152	-	100	189	189	-	630
- Gusa BFER e Fe Esponja (1995/2000)	475	-	475	450	150	350	1900
- Sinter (1991/94)	130	-	-	90	-	40	260
- Aço e Coque (1993/2000)	1760	-	-	1000	200	1440	4400
- Pesquisa e Tecnologia	240	-	-	-	80	-	320
SOMA	2757	-	575	1729	619	1830	7510
III. SEGMENTO REFLORESTAMENTO:							
- Reflorestamento e Carvoejamento	110	220	-	200	800	-	1330
- Pesquisa e Tecnologia	-	-	-	-	160	-	160
SOMA	110	220	-	200	960	-	1490
IV. SEGMENTO AGRICULTURA E PECUÁRIA:							
- Projetos Agrícolas e Pecuária	200	100	-	-	1072	270	1642
- Pesquisa e Tecnologia	-	225	-	-	-	-	225
SOMA	200	325	-	-	1072	270	1867
V. INFRA-ESTRUTURA:							
- Segmento Mínero-Metalúrgico	-	2200	-	250	950	200	3600
- Seg. Agric./Pec./Florestal	390	-	-	300	3110	100	3900
- Naveg. do Tocantins/Araguaia	600	200	-	700	600	200	2300
SOMA	990	2400	-	1250	4660	500	9800
TOTAL GERAL	6057	3325	790	4989	7461	3295	25917

(*) Inclui recursos a fundo perdido do IBDF, da EMBRAPA e EMBRATEL e incentivos fiscais, além de dotações orçamentárias, no caso de infra-estrutura.

III. OS DEMAIS SEGMENTOS PRODUTIVOS

O SEGMENTO FERRO E AÇO

Inicialmente, há que se considerar como aspecto fundamental deste segmento o fato de que a SIDERBRÁS deverá realizar o projeto da usina de laminados planos de 2,5 milhões de t/ano e da unidade de coque para exportação com 2 milhões de t/ano - ambos os projetos ainda bastante questionáveis em termos de mercado, conforme se assinalou em trabalho anterior. Da mesma forma, é questionável o gusa de baixo-forno elétrico associado a ferro-esponja, até porque ainda não se atingiu um estágio de desenvolvimento tecnológico mínimo para a tomada de decisões.

Do total de inversões US\$ 7510 milhões, a pesquisa tecnológica teria prioridade absoluta, atingindo US\$ 320 milhões no período 1982/2000, dos quais US\$ 80 milhões, seriam financiados pela FINEP e o restante corresponderia a geração interna de recursos.

Quanto às inversões diretamente nos projetos do segmento, elas alcançariam US\$ 7190 milhões, sendo que apenas US\$ 270 milhões correspondentes aos projetos iniciais de gusa de alto-forno é que ocorreriam no período 1985/90. O restante ocorreria na próxima década, dependendo dos resultados das pesquisas e da evolução do mercado mundial de ferro e aço.

Assim, para cada conjunto de projetos, teríamos:

GUSA DE ALTO-FORNO: Produção de 3,5 milhões de t/ano de gusa

Dada a experiência de grupos privados nacionais e o domínio da tecnologia de fornos a carvão-vegetal, consideraremos que o conjunto de projetos poderá ser feito com o concurso das empresas tradicionais no setor, as quais se incluiria a CAPEMI e as do sistema ABRACAVE:

- Assoc. Bras. de Produtores de Carvão Vegetal.

Desta forma a estrutura de capitais poderia ser 40:60, para inversões de US\$ 630 milhões no período 1985/1998:

- Capitais Próprios - US\$ 252 milhões, sendo:
 - . Geração interna - US\$ 152 milhões
 - . Mercado acionário - US\$ 100 milhões
- Financiamentos - US\$ 378 milhões, sendo:
 - . BNDE - US\$ 189 milhões
 - . Outros US\$ 189 milhões

Neste caso, pode-se considerar forte participação de recurso da SUDAM e para os recursos do BNDE pode-se admitir boa parte repassada pelo sistema de Agentes Financeiros, especialmente operações do FINAME.

GUSA BFER E FERRO-ESPONJA: Produção de 3,5 milhões t/ano de gusa e 2,0 milhões de t/ano de ferro-esponja

Tratando-se de projeto ainda distante no tempo (1995) e de tecnologia ainda por desenvolver, podemos supor que teria boa aceitação no mercado acionário e que o apoio do sistema BNDE se faria através do FINAME, basicamente. Assim, para os US\$ 1900 milhões teríamos uma relação 50/50 para os recursos próprios e de terceiros:

- Capitais Próprios - US\$ 950 milhões, sendo:
 - . Geração interna - US\$ 475 milhões
 - . Mercado de capitais - US\$ 479 milhões
- Financiamentos - US\$ 950 milhões, sendo:
 - . BNDE/FINAME - US\$ 450 milhões
 - . Outros (internos) - US\$ 150 milhões
 - . Externos - US\$ 350 milhões

SINTER: Exportação de 5 milhões t/ano

Em que pese as questões já colocadas - projetos "cativos" e baixa lucratividade - adotando-se também uma relação 50/50 teríamos:

- Capitais Próprios - US\$ 130 milhões (apenas geração interna)
- Financiamentos - US\$ 130 milhões, sendo:
 - . BNDE/FINAME - US\$ 90 milhões
 - . Externos - US\$ 40 milhões

AÇO e COQUE: Produção integrada de 2,5 milhões t/ano de laminados planos e de 2 milhões de t/ano de coque

Em que pese as questões relativas à exportação de coque, tendo em vista que estes projetos ocorreriam a partir de 1993 e considerando a experiência já adquirida pela SIDERBRÁS - inclusive realizando projetos altamente discutíveis como a Cia. Siderúrgica de Tubarão e a Aço-Minas e, portanto em condições de não repetir erros já cometidos - foi adotada uma relação 40:60, assim distribuída para inversões de US\$ 4400 milhões:

- Capitais Próprios - US\$ 1760 milhões
- Financiamentos - US\$ 2640 milhões, sendo:
 - . BNDE/FINAME - US\$ 1000 milhões
 - . Outros (internos) - US\$ 200 milhões
 - . Externos - US\$ 1440 milhões

EM RESUMO:

As inversões neste segmento apresentam um alto grau de questionamento mesmo depois dos ajustamentos realizados buscando maior realismo. Assim, os resultados obtidos nestes projetos devem ser entendidos como um mero exercício que, no entanto, demonstra a viabili-

dade de se alocar recursos de financiamentos internos - especialmente FINAME apoiando o setor de bens de capital do País - e de se gerar recursos internamente (grupo SIDERBRÁS), respectivamente no valor de US\$ 1729 milhões e US\$ 1760 milhões.

Os recursos externos, em valor aproximadamente igual, da ordem de US\$ 1780 milhões, destinar-se-iam principalmente para a usina integrada de aço que demandaria cerca de US\$ 1440 milhões e poderiam ser obtidos junto ao Banco Mundial, por exemplo. Tais recursos, mesmo neste segmento, teriam caráter de complementaridade, pois representam apenas 24% do total e estão concentrados em um só projeto em setor no qual dominamos a tecnologia e possuímos empresas altamente capacitadas como USIMINAS, COSIPA e CSN, do grupo SIDERBRÁS.

O SEGMENTO REFLORESTAMENTO

A fase inicial - 1982/90 - seria dedicada à pesquisa e experimentação, utilizando-se recursos do IBDF e instituições já experimentadas como empresas (Acesita Florestal, Aracruz; etc), universidades e institutos (IPT de S. Paulo, Univ. de Viçosa e Instituto de Pesquisas da Amazônia) em um programa de US\$ 160 milhões.

Na fase de inversões em reflorestamento e carvoejamento os recursos teriam uma proporção 25:75 de capitais próprios e de terceiros:

- Capitais próprios - US\$ 330 milhões, sendo:
 - . Geração interna - US\$ 110 milhões
 - . Incentivos Fiscais - US\$ 220 milhões
- Financiamentos - US\$ 1000 milhões, sendo:
 - . BNDE/FINAME - US\$ 200 milhões
 - . Outros - US\$ 800 milhões

O SEGMENTO AGRICULTURA E PECUÁRIA

A necessidade de pesquisa e realização de amplo programa de estações experimentais, no período 1982/90, levará à utilização da EMBRAPA e EMBRATER como principais órgãos investidores na região. A fase seguinte utilizaria intensamente os recursos do BACEN e o próprio Banco Nacional de Crédito Cooperativo passaria a ter uma área importante de atuação, além dos financiadores tradicionais: Banco do Brasil e Bancos Comerciais.

Assim, teríamos:

- Capitais Próprios - US\$ 300 milhões, sendo:
 - . Geração Interna - US\$ 200 milhões
 - . Incentivos Fiscais - US\$ 100 milhões
- Financiamentos - US\$ 1342 milhões, sendo:
 - . Internos - US\$ 1072 milhões
 - . Externos - US\$ 270 milhões .

EM RESUMO:

As inversões nos segmentos florestal, agricultura e pecuária utilizariam intensamente recursos internos - cerca de 85% do total necessário - sendo a maior parte proveniente dos esquemas já existentes nos programas do BACEN e nos programas de pesquisa e experimentação que seriam ampliados e coordenados com vistas a serem, posteriormente, passados aos empreendimentos especialmente sob a forma de cooperativas.

Aqui, também, os recursos externos teriam caráter complementar, atingindo cerca de 15% do programa, uma vez que a prioridade seria produzir para o mercado interno, conforme proposto no estudo anterior que recomendava a reformulação dos planos do governo voltados para a exportação.

IV. INFRA-ESTRUTURA

Dado o nível de informações precário para as inversões neste setor, os esquemas serão menos detalhados. Ademais, a política do governo de dotar a região de abundante infra-estrutura antes mesmo de se conhecerem os projetos seria reformulada para um programa bem mais modesto.

Ainda assim teríamos investimentos da ordem de US\$ 9800 milhões, dos quais cerca de 30% - US\$ 3000 milhões - nesta década e o restante na próxima década.

A análise, por segmento, utilizando os dados fornecidos pelo "Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental" - volume II tabela 9 - adotados os critérios apresentados na reformulação já proposta pelo IBASE, indica que, também neste caso, não seria necessário utilizar intensivamente recursos do exterior. Senão vejamos:

SEGMENTO MÍNERO-METALÚRGICO

As principais inversões são em conjuntos residenciais e sistemas de portos (Barcarena e Itaqui) e de energia elétrica (transmissão e distribuição). Os mecanismos financeiros a adotar seriam:

- Recursos Orçamentários - US\$ 2200 milhões
- Financiamentos - US\$ 1400 milhões, sendo:
 - . BNH - US\$ 850 milhões
 - . BNDE/FINAME - US\$ 250 milhões
 - . Outros - US\$ 100 milhões
 - . Externos - US\$ 200 milhões

SEGMENTO AGRÍCOLA, PECUÁRIO E FLORESTAL

As principais inversões estariam ligadas às comunidades re-

sidenciais - quase 90% do total - com aplicação, ainda, no sistema portuário e em equipamentos. Desta forma, teríamos:

- Capital Próprio - US\$ 390 milhões
- Financiamentos - US\$ 3510 milhões, sendo:
 - . BNH - US\$ 2800 milhões
 - . BNDE/FINAME - US\$ 300 milhões
 - . Outros - US\$ 310 milhões
 - . Externos - US\$ 100 milhões

NAVEGABILIDADE DO TOCANTINS E ARAGUAIA

As principais inversões estão na usina de Santa Isabel - US\$ 1700 milhões - e nas eclusas e obras de derrocagem dos rios. O esquema financeiro deverá evitar forte dependência de recursos externos, de modo a melhor ocupar o setor de bens de capital do País - especialmente no caso de hidrelétrica. Assim teríamos:

- Capital Próprio - US\$ 800 milhões, sendo:
 - . Eletrobrás / Eletronorte - US\$ 600 milhões
 - . Portobrás (dotações) - US\$ 200 milhões
- Financiamentos - US\$ 1500 milhões, sendo:
 - . BNDE/FINAME - US\$ 700 milhões
 - . Outros - US\$ 600 milhões
 - . Externos - US\$ 200 milhões

EM RESUMO:

As inversões em infra-estrutura, embora pesadas, utilizariam basicamente recursos internos, até porque as suas características assim o exigem. De fato, dado que a maior parte das inversões será em equipamento urbano e em habitações, o BNH participaria com cerca de

US\$ 3650 milhões - valor perfeitamente compatível com o seu porte e com o período de inversões que vai de 1983 até o ano 2000.

Os recursos da Eletrobrás/Eletronorte, associados aos financiamentos do BNDE/FINAME seriam também significativos - US\$ 600 milhões e US\$ 1250 milhões, ao passo que os recursos externos, da ordem de US\$ 500 milhões representariam cerca de 5% do total a investir.

V. CONCLUSÃO

O exercício ora apresentado não pretende ser um estudo completo nem definitivo embora consistente com a realidade das fontes internas de recursos e com o estágio dos projetos e a oportunidade de investir. É, antes de mais nada, uma análise que busca desmistificar a necessidade de se utilizar intensamente recursos externos sob pena de não realizarmos o Programa Grande Carajás, como se não houvesse recursos no País para o Programa.

Isto não é verdade! Podemos realizá-lo com recursos externos ao nível de 12 a 13% do total necessário. E, conforme prova este estudo, tais recursos do exterior seriam aplicados na maior parte em projetos que podem até ser postergados sem maiores prejuízos (expansão da ALBRÁS/ALUNORTE e usina integrada de aço).

No decorrer da análise, ficou demonstrado que a demanda dos recursos internos é perfeitamente compatível com a oferta de financiamentos e a capacidade de gerar recursos ou captar recursos de capital de risco no mercado interno. De fato, aplicações da ordem de US\$ 5 bilhões em 20 anos pelo Sistema BNDE são consistentes com seu porte e o perfil de suas aplicações, até porque em maior parte ocorrerão após 1985. E, da mesma forma os recursos do BNH, somando US\$ 3650 milhões. Assim, os recursos a captar no mercado interno correspondem a cerca de US\$ 23 bilhões, ou sejam 10% do PIB atual que, diluídos ao longo

dos próximos 20 anos representam em média menos de 0,5% ao ano. E se considerarmos uma taxa de poupança conservadora, da ordem de 20% do Produto, significará cerca de 2,5% da poupança anual.

Em segundo lugar, a própria análise coloca a descoberto a enorme capacidade empresarial já existente no País em todos os segmentos do Programa. Ao voltar-se para o Exterior, o governo despreza sistematicamente as nossas empresas, sua experiência e vitalidade. E aqui temos de considerar também a empresa estatal. Afinal, não faz sentido o nosso governo procurar empresas estatais no exterior - como é o caso da VAW alemã no setor de alumínio - e impedir que as nossas empresas tenham acesso ao Programa!

Porém, este não é o aspecto principal. O mais importante é que estes projetos todos utilizarão a enorme potencialidade e a capacidade de nossas empresas de engenharia, gerenciamento, etc além das instituições de pesquisa, na medida em que sejam conduzidos por empresas nacionais. Caso contrário, teremos a desnecessária contratação de serviços no exterior e remessa de divisas, repetindo-se o processo que vimos assistindo nos últimos anos. O que se propõe é, em última análise, a articulação do Programa Grande Carajás com a economia do País.

Finalmente é preciso reafirmar que a divulgação deste trabalho objetiva contribuir para o debate nacional que há de preceder a implementação do Programa. É preciso que o Congresso, os órgãos do Executivo, os sindicatos e entidades de classe, enfim todas as organizações da Sociedade participem do Programa - em sua concepção e realização - sob pena de hipotecarmos agora o nosso futuro e perdermos a oportunidade de construir um plano de desenvolvimento que beneficie prioritariamente os interesses nacionais.
